

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

Comunicado da Comissão Executiva**FAZER FRENTE AO TERROR FASCISTA!
APROFUNDAR AS DIFICULDADES DA DITADURA!**

1. A comunicação sobre a «subversão» enviada por M. Caetano à A.N. e o pronto reconhecimento pela assembleia fascista de «que persiste a ocorrência de actos subversivos graves em algumas partes do território nacional» equivalem a uma confissão sem redução das dificuldades crescentes com que se debate a ditadura fascista ante o desenvolvimento da luta conjugada do povo português e dos povos das colónias portuguesas.

2. Ao analisar, em Janeiro, a proposta de revisão constitucional apresentada pelo governo e de modo particular o artigo agora invocado pelo seu chefe e pelo cenáculo fascista, a Comissão Política do C.C. do P.C.P. asseverou: «M. Caetano prepara os dispositivos para desencadear uma grande ofensiva repressiva quando

se sentir incapaz de conter por outra forma a luta popular». Não foi necessário muito tempo para que os acontecimentos confirmassem inteiramente esta apreciação. Reconhecendo o fracasso da demagogia «liberalizante» com a qual procurou paralisar a luta da classe operária, das forças democráticas e da juventude, o governo recorre, pela primeira vez, à Constituição - revista não para evocar qualquer dos aspectos demagógicos em que insistia há meses atrás, mas, precisamente, para chamar em apoio da sua política terrorista os novos dispositivos repressivos que nela introduziu.

3. Afirmando não ser necessária a declaração do estado de sítio, é o estado de sítio de facto que M. Caetano se prepara para instaurar. O artigo da Constituição - revista em que se estriba, estabelecendo que o governo pode «adoptar as providências necessárias para reprimir a subversão e prevenir a sua extensão com a restrição de liberdades e garantias individuais que se mostrar indispensável», é tão elástico que o estado de sítio poderá ir sendo estabelecido, de facto, sem jamais ser declarado. É de estado de sítio a atmosfera que se respira em Portugal. Largas dezenas de portugueses — comunistas, dirigentes da luta reivindicativa das empresas e da luta sindical, dirigentes estudantis, democratas — são presos pelos esbirros da ditadura sem qualquer mandato legal e submetidos a monstruosas torturas pelos torturadores profissionais da PIDE-DGS; esta, toda poderosa, passa buscas domiciliárias onde quer que entenda sem se preocupar com disposições legais e espia, vigia, persegue e ameaça ostensivamente portugueses conhecidos pela sua oposição ao fascismo e outros de quem suspeita; a censura endurece e silencia toda a informação contrária ao governo; as livrarias e editoras são assaltadas e dezenas de títulos apreendidos; as tipografias são submetidas a vigilância e ameaças constantes; os «stops» gigantesco e os «mini-stops» ocorrem diariamente nas grandes cidades sob os mais absurdos pretextos; as forças repressivas não se ensaiam para fazer fogo sobre a população e

cidadãos que protestam; as diferentes polícias fazem apelo à denúncia dos elementos suspeitos a pretexto de furto de automóveis ou outros; sucedem-se as operações de identificação, são feitas rusgas monstro, erguem-se barreiras nas estradas.

4. Tal como Salazar, no passado, M. Caetano serve-se do espantinho da subversão para continuar a recusar quaisquer direitos e liberdades ao povo português, para justificar a vaga repressiva em curso e preparar a sua intensificação. Ao trazer agora, aparatosamente, a questão da «subversão» para o primeiro plano da actualidade política, o governo procura cobrir sob esse epíteto quer a luta de libertação nacional dos povos das colónias portuguesas, quer as acções revolucionárias empreendidas em Portugal contra o aparelho da guerra colonial, quer as lutas das massas trabalhadoras, da juventude, da intelectualidade, das forças democráticas e reafirma, de forma brutal, que continuará surdo às aspirações e vontades expressas nessas lutas pelo povo

(continua na pág. 2)

A luta dos médicos**Denúncia vigorosa
de uma criminosa política de saúde**

A mobilização dos hospitais de Lisboa com a conseqüente sujeição ao foro e disciplina militares de todo o pessoal civil que neles exerce actividade, bem como a expulsão, verificada dias antes, de todos os médicos (350) do 2º ano do internato geral de Lisboa e Porto são medidas repressivas tão excepcionais que, se confirmou a disposição do governo de M. Caetano de continuar a responder com a força bruta às acções reivindicativas das

massas trabalhadoras, da juventude e da intelectualidade, reflectem, também, o carácter excepcional da luta dos médicos.

Afirmando cinicamente que queria manter o País informado, o que o governo procurou, apoiando-se no monopólio da informação e na censura, foi apresentar os internos e, por tabela, todos os médicos dos hospitais, como movidos por objectivos egoístas e interesseiros, aos quais sacrificavam os próprios doentes, tentando, por esta forma, voltar contra os médicos a opinião pública, para mais facilmente aplicar as medidas repressivas de que já estava a fazer uso e outras que planeava. O governo não deu uma só informação verdadeira sobre os acontecimentos, nada esclareceu sobre as suas origens, proibiu que os órgãos de informação o fizessem, impediu que os médicos se dirigissem ao grande público através da imprensa.

As origens da crise

A actual luta abarca praticamente todos os médicos do Hospital de Sta. Maria e dos Hospitais Cívicos de Lisboa, dos Hospitais de S. João e Santo António do Porto, dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

As suas origens profundas radicam-se na evolução da medicina em Portugal, orientada para a protecção dos ricos e dos muitos ricos, enquanto a assistência médica e sanitária às massas populares é caracterizada, como se diz numa circular dos médicos em luta,

(continua na pág. 2)

**PIRES
JORGE
em liberdade**

O camarada Joaquim Pires Jorge, que à data da sua última prisão era membro do Secretariado do Comité Central do P.C.P., está em liberdade. Passou 10 anos nas condições de tratamento desumano que a ditadura fascista aplica nos seus cárceres aos presos políticos.

Com a saúde gravemente abalada desde há muito, nunca foi prestada ao camarada Pires Jorge a assistência médica conveniente pelos carcereiros fascistas e o governoteimava em mantê-lo preso, apesar de ser notório o agravamento do seu estado.

A sua libertação é uma conquista da luta do nosso povo, da acção solidária desenvolvida pelos partidos comunistas irmãos e pelas organizações progressistas de massas de muitos países, com especial destaque para as da União Soviética.

O «Avante!» saúda o camarada Pires Jorge e exprime-lhe os mais calorosos votos de pronto restabelecimento.

O «Avante!» lembra a necessidade urgente de se intensificar a acção em defesa dos presos políticos e de se reforçar a luta pela sua libertação.

A LEI DE MEIOS

- Em 1971 agravaram-se as tremendas dificuldades em que a economia portuguesa se debate.
- Para 1972, continuidade da desastrosa política económica e financeira do governo.

Apesar da propositada vaguidade dos termos em que é feita a pretensa análise da conjuntura económica de 1971, no documento que contém a Lei de Meios para 1972, apesar do claro propósito de sonegar elementos indispensáveis a uma séria análise, apesar de todos os malabarismos de linguagem que visam deturpar os factos, nem tudo pode o governo esconder: — EM 1971 AGRAVARAM-SE AS DIFICULDADES EM QUE SE DEBATE A ECONOMIA PORTUGUESA.

Nem um só dos grandes problemas económicos foi resolvido ou sequer atenuado. Como revelam os números, o nível de vida dos trabalhadores baixou; a subida dos preços foi maior do que no ano anterior; as despesas militares que constituem um trabão ao desenvolvimento económico, aumentaram; tudo indica que a formação bruta de capital fixo não se acelerou; o ano agrícola foi francamente mau (excepto para o trigo); não é de esperar que tenha melhorado, relativamente a 1970, a taxa de crescimento do produto industrial; a emigração com as suas dramáticas

consequências não diminuiu; a sujeição da economia portuguesa ao capital estrangeiro acentuou-se.

Como expressado de tudo isto, o défice da balança comercial portuguesa atingirá um novo máximo, eloquentemente reflexo da crescente incapacidade da economia portuguesa.

**NOVO E DRÁSTICO
AGRAVAMENTO DO
CUSTO DE VIDA**

Sem dívida que a mais saliente característica da conjuntura económica deste ano tem sido uma nova e brutal subida dos preços. Tal facto confirmou inteiramente a previsão feita há um ano pelo «Avante!». Efectivamente, segundo os índices de preços no consumidor agora publicados referentes aos anos de 1969, 1970 e 1971, o custo de vida que em 1969 tinha sofrido o mais brutal agravamento desde o fim da última guerra mundial e que em 1970 continuou a subir, sofreu nos primeiros oito meses de 1971 um súbito e drás-

(continua na pág. 4)

Comunicado da Comissão Executiva

português e pelos povos das colónias portuguesas, que a sua única resposta será, enquanto puder, a repressão e a guerra. Assim, a ditadura fascista não só se propõe prosseguir e intensificar as criminosas guerras coloniais, como arrasta o povo português para a guerra civil.

5. As dificuldades económicas em que o País se debate, a subida acelerada dos preços, a escassez de géneros fundamentais, o congelamento de salários, a intensificação da exploração da classe operária e das massas trabalhadoras, a crise crónica da agricultura, o caos reinante nas esferas da saúde e do ensino aprofundam e alargam o descontentamento das massas. M. Caetano sabe-o e teme-o. Ao mesmo tempo que ele, os seus ministros e outros proceres do regime se desdobram em declarações e explicações visando apaciar o descontentamento, procuram criar um clima de intimidação e pânico geral que afaste da luta a classe operária e as massas populares para mais facilmente descarregar sobre elas o fardo pesado da crise, acumulado em décadas de uma política antinacional, agravada, desde há dez anos, pelas guerras coloniais.

6. A comunicação da Presidência do Conselho à A.N. e a resolução desta é uma farsa concebida por M. Caetano para tentar legalizar, perante o País e perante o estrangeiro, o arbitrio e o terror. A A.N. é um órgão do Estado fascista, a sua actual composição foi nomeada pelo governo nas eleições-burla de 1969, não tem qualquer representatividade, não é coisa diferente do governo, não pode com a sua ilegalidade legalizar a actividade arbitrária do governo. No entanto os deputados fascistas, cúmplices, de princípio, da política antipopular de M. Caetano, ao colaborarem na farsa, tornaram-se, aos olhos do povo português, cúmplices directos dos torturadores que mutilam os antifascistas presos e que aniquilam lentamente as suas vidas. A farsa da legalização da repressão tropeçou, também, nas contradições que corroem o regime: no próprio dia em que M. Caetano invocava para a sua iniciativa política a lei da revisão constitucional esta era declarada inconstitucional e portanto nula num projecto de lei apresentado à A.N. fascista pelo deputado Sá Carneiro. O facto do governo da ditadura sentir necessidade de empreender esta manobra de legalização do arbitrio traduz, por fim, as dificuldades e debilidades do regime, na fase actual. Nunca no passado a ditadura fascista mostrou tanta preocupação em dar uma fachada legal à sua actividade terrorista.

7. A luta prossegue. As paralizações de operários têxteis, na Serra da Estrela, as movimentações sindicais dos metalúrgi-

cos, motoristas e operários de outras profissões, as greves de médicos de Lisboa e Porto, a manifestação em Cascais, contra a guerra colonial, as múltiplas iniciativas de denúncia e desmascaramento da repressão, as acções revolucionárias empreendidas contra instalações militares da OTAN, em Oeiras e na Caparica, mostram que aquilo que M. Caetano não conseguiu com a demagogia «liberalizante» não conseguirá com a intensificação do terror. Mas a situação exige grande coragem e determinação por parte dos militantes antifascistas. É necessário denunciar e desmascarar a todo o momento os crimes e operações repressivas do governo; é necessário reforçar o movimento de defesa dos presos políticos; é necessário acorrer solidariamente em apoio dos sectáres lançados na luta, como é o caso, actualmente, dos têxteis da Serra da Estrela e dos médicos de Lisboa e Porto; é necessário fortalecer as organizações antifascistas e dar combate à provocação.

Prosseguindo e desenvolvendo a batalha pelo pão, a batalha pela liberdade, a batalha contra a guerra colonial, fazendo frente à repressão e ao terror fascistas, recorrendo às mais variadas formas de acção e de organização, o povo português remeterá o governo de M. Caetano para um isolamento cada vez mais estrito e erguerá o exército político e revolucionário que porá termo à ditadura fascista.

7 de Novembro

Apesar da vaga repressiva e da histeria anti-soviética vomitada pela propaganda fascista, o 54º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro foi assinalado com reuniões comemorativas e de debate.

De algumas das iniciativas realizadas chegaram já notícias ao «Avante!».

Em Lisboa, cerca de 40 estudantes de várias escolas reuniram-se a 6 de Novembro e depois de brindarem à União Soviética com um «Hip! Hip! URSS!» discutiram em torno dos temas: «Significado actual da Revolução de Outubro», «papel actual da URSS e da sua política externa progressista e de paz». Esta reunião prosseguia a 13 de Novembro com a projecção do filme «O Courage de Potemkine», agora com a participação de 50 estudantes, aproximadamente.

Em duas outras reuniões comemorativas do 7 de Novembro reuniram-se mais duas dezenas de estudantes de Lisboa.

No Porto, cerca de duas dezenas de democratas, na sua maioria trabalhadores, reuniram-se num jantar comemorativo.

Falou-se da vida do povo soviético, das grandes realizações da União Soviética e do papel da URSS como vanguarda do Movimento Comunista Internacional.

Luta dos médicos

(continuação da 1ª pág.)

por «Índices sanitários baixíssimos, «rede hospitalar» magra, desarticulada e macrocéfala com unidades de escassa rentabilidade, estruturada em serviços indiferenciados, mal servidos de pessoal técnico e de equipamentos, incapazes de uma assistência nem sequer digna quanto mais eficiente.»

As suas origens imediatas encontram-se nas medidas adoptadas pelo governo para dificultar o acesso dos médicos à especialização e remeter para a província a massa dos médicos recém-formados, sem preparação e sem meios de trabalho.

A greve de todos os internos (350) do 2º ano dos Hospitais de Lisboa e Porto a uma prova que deviam ter prestado no dia 15 de Novembro, culminando deligências repetidas e persistentes que os internos vinham realizando desde Maio, por via legal, junto das autoridades, é uma afirmação corajosa de protesto contra aquelas medidas do governo da ditadura fascista atentatórias dos interesses do povo português na esfera da saúde.

Os médicos em greve

Ao expulsar dos Hospitais todos os internos do 2º ano que participaram na greve, o governo de M. Caetano agudizou subitamente a crise, todos os outros médicos e restante pessoal hospitalar se lançaram num magnífico movimento de solidariedade para com os expulsos e avançaram as suas próprias reivindicações. Reuniões por categorias, reuniões gerais nos hospitais, ampla propaganda, moções ao governo, greves parcelares — caracterizam o movimento até 22 de Novembro. A partir desta data,

todos os internos do Internato Geral e Complementar, graduados e médicos de outras categorias dos hospitais de Lisboa, Porto e Coimbra fazem a greve administrativa.

A greve não afecta os doentes, que são assistidos; afecta o governo em milhares de contos de prejuízo, a medicina é gratuita. Mesmo Directores de Serviços, e Professores Catedráticos encontram formas de participação no movimento. Os estudantes da Faculdade de Medicina solidarizam-se com os médicos.

Ao governo de M. Caetano cabem todas as responsabilidades da crise.

Solidariedade activa aos médicos em luta

A actual luta dos médicos insere-se nas grandes movimentações médicas que vêm dos finais dos anos 50, aquando da elaboração do relatório das carreiras médicas, unanimemente considerado como a abordagem mais profunda dos problemas da medicina em Portugal. Os escassos progressos verificados, ao longo destes anos, no campo da assistência médica e sanitária foram conseguidos pela luta geral do povo português, mas na qual a luta dos médicos teve um papel de primeiro plano.

A actual luta dos médicos é uma denúncia vigorosa da criminosa política de saúde praticada ao longo de 45 anos pelos vários governos da ditadura.

O «Avante!» saúda os médicos em luta!

O «Avante!» chama as massas populares, e, em primeiro lugar, a classe operária, à solidariedade activa com a luta dos médicos e incita-as a esclarecerem por toda a parte os objectivos dos médicos e a desmascarar as mentiras propagadas pelo governo!

A base da NATO na Caparica alvo de destruidora sabotagem

Um novo golpe foi desferido contra instalações militares da NATO no nosso País.

Tal como aconteceu com a última acção da ARA, que provocou estragos devastadores no Quartel General do Comberlant, em Oeiras, o governo de M. Caetano, proibindo os órgãos de informação de referir o acontecimento, procurou ocultar ao povo português este novo fracasso da sua política de serventuário do imperialismo. Uma vez mais, também, a notícia espalhou-se rapidamente em Portugal e no mundo.

Chegou nos às mãos o «Comunicado nº 1» da «Brigada Revolucionária nº 2», que reivindicava a autoria da acção. Diz esse comunicado:

RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Emissora portuguesa ao serviço do povo, da democracia e da independência nacional.

Transmite diariamente das 8 às 8,30 em 19 metros, das 19 às 21 horas em 19 e 26 metros. A última emissão é transmitida das 0,20 às 0,50 em 26, 32 e 36 metros.

«Na madrugada do 7 de Novembro de 1971, a Brigada Revolucionária nº 2 levou a efeito, com êxito, a destruição de uma base secreta da NATO, no Pinhal do Arneiro (Fonte da Telha — Distrito de Setúbal), acabada de construir e prestes a entrar em funcionamento.»

E mais à frente «A sabotagem destruiu completamente o comando desta base, equipado com os mais avançados sistemas electrónicos, avaliados em dezenas de milhares de contos.»

É outro passo: «Esta importante acção — primeira manifestação das Brigadas Revolucionárias — insere-se e é parte integrante da luta do Povo Português contra o imperialismo, sustentáculo do regime fascista e colonialista de Marcelo Caetano.»

Independentemente da opinião que viermos a formar sobre a linha política e a actuação da «Brigada Revolucionária» nº 2, que desconhecemos, consideramos o golpe desferido contra a base da NATO na Caparica, uma acção justa e endereçamos por isso, aos seus autores, as nossas saudações de combate.

A batalha pelo pão

NAS EMPRESAS E NOS SINDICATOS ORGANIZAR, IMPULSIONAR, ALARGAR A LUTA

METALÚRGICOS

Compreendendo que as manobras do patronato e do governo para adiar indefinidamente a homologação do C.C.T. só podem ser derrotadas por um vasto e poderoso movimento de protesto, os metalúrgicos de todo o País, fazendo das empresas os bastiões da sua luta, intensificam a acção.

Dezenas e dezenas de telegramas estão a ser enviados em nome dos operários de cada empresa e de centros metalúrgicos do distrito do Porto ao Ministro das Corporações exigindo a urgente saída do novo C.C.T.. Alguns telegramas são acompanhados de muitas assinaturas. Outros são apenas enviados em nome dos operários de cada fábrica ou centro metalúrgico.

Eis alguns exemplos:

«Operários metalúrgicos **Mário Navega** pedem rápida homologação do C.C.T.»

«**700 operários F. Sonafi** anseiam melhores condições de vida pedem homologação do C.C.T.»

«**400 operários fábrica Villarinho e Moura** de S. Mamede de Infesta pedem rápida homologação Contrato Colectivo.»

«Operários da empresa **Sociedade de Parafusos** solicitam V. Ex.ª homologação C.C.T. pois se aproxima Natal todos carecem subsídio com que recordar ceia apóstolos.»

«**1500 metalúrgicos da Trofa** protestam contra manobras do Grémio e pedem rápida homologação do C.C.T.»

Em **Selubá**, cerca de 25 operários representando os trabalhadores da **Movault e Imó** (duas fábricas de montagem de carros) concentraram-se na secção do Sindicato para discutir com o presidente (lacaio) da Secção o protelamento da homologação do C.C.T.. O problema é discutido nas empresas do distrito e projectam-se novas e mais amplas concentrações no Sindicato.

Estas acções apontam o caminho que os metalúrgicos de todo o País devem seguir: através da generalização dos telegramas, abaixo-assinados, concentrações, discutindo e organizando acções de tipo superior, como paralisações e greves, urge ampliar e reforçar o movimento de reclamação de entrada imediata em vigor do novo C.C.T.

As manobras do patronato e do governo contra os operários metalúrgicos não se reduzem ao adiamento da homologação do C.C.T., prevendo que através da luta os metalúrgicos acabam por impôr, o patronato com a conivência do governo procura fugir às condições do novo C.C.T. dos metalúrgicos tentando forçar os operários a inscreverem-se noutros Sindicatos, como aconteceu na **Rabor** (Ovar), onde os recibos de salários de

algumas operárias da empresa inscritas no Sindicato dos Metalúrgicos as davam como pertencendo ao Sindicato dos Electricistas. Recusando-se unânimeamente a assinar tais recibos e a receber a fêria em tais condições, as operárias da **Rabor** apontaram qual deve ser a resposta dos trabalhadores a este tipo de manobras.

MOTORISTAS (Lisboa)

O movimento para a apresentação de uma lista da classe nas próximas eleições do Sindicato dos Motoristas de Lisboa prossegue e reforça-se. No dia 25 de Outubro realizou-se mais um ciclo sobre as próximas eleições. A sala estava cheia, mais de 300 sócios.

Foram dados a conhecer à classe os candidatos da lista B das secções de Carga de Aluguer, Taxis, Privados e Públicos, foram discutidos outros assuntos ligados com as eleições e a Comissão Pró-Sindicato distribuiu centenas de exemplares de um comunicado em que responde, desmascarando-o, a um comunicado da actual Direcção (lacaio), publicado no boletim sindical «o Motorista», contra o movimento em curso para a apresentação de uma lista da classe.

As ameaças e tentativas de intimidação da direcção lacaio contra o movimento sindical dos motoristas integram-se na acção repressiva do governo de M. Caetano contra o movimento sindical em geral. O fortalecimento do carácter de massas do movimento é aqui, em noutros casos, o caminho provado para lhes fazer frente e levar à vitória a lista da classe.

BANCÁRIOS

Revelando uma extraordinária capacidade de resistência à repressão, o movimento sindical dos bancários permanece activo através das reuniões de associados de Lisboa e Porto e dos encontros com bancários da província, dos quais se destaca pela sua importância o encontro entre **Porto e Braga**, com mais de 70 participantes. Em torno de problemas como a previdência, a revisão do actual C.C.T., o horário de trabalho, os despedimentos e outros, o movimento pode readquirir rapidamente uma grande amplitude de massas. Dêla dependerá a possibilidade de novas conquistas no terreno económico e social e, simultaneamente, a possibilidade de se impôr, a curto prazo, a normalização da vida sindical nos Sindicatos de Lisboa e Porto.

NAS EMPRESAS

— **Sitenor** (Matosinhos) — Nesta empresa têxtil, com cerca de 1.000 operários, está em curso uma movimentação para a elaboração de um novo Acordo Colectivo de Trabalho que envolve 5 sindicatos: têxteis, metalúrgicos, electri-

cistas, fogueiros e empregados de escritório. Pelo lado dos metalúrgicos, o Acordo em vigor foi já denunciado. Os têxteis, que constituem o sector profissional mais numeroso e portanto decisivo, fizeram várias reuniões, uma delas no refeitório da empresa, e elegeram os seus representantes para a comissão de estudo do novo Acordo. A administração procura, porém, intimidá-los ameaçando, nomeadamente, com o despedimento de um dos operários que mais se destacou na reunião do refeitório. A acção repressiva da administração contra os operários é facilitada pelo facto de à frente do sindicato dos têxteis se encontrar uma rafeira Comissão Administrativa. Eis algumas das reivindicações dos operários da **Sitenor** em relação ao novo Acordo: salário englobando o salário base actual mais os prémios; passagem automática dos aprendizes, ao fim de um ano de trabalho, à categoria profissional correspondente e passagem a mensais; feriado no dia do «Senhor de Matosinhos» (feriado municipal).

— **BENITO GARCIA** (Afurada) — As operárias conserveiras desta empresa travaram uma luta contra um sistema de trabalho que reduzia o seu salário horário em 50 centavos. Reunindo-se unânimeamente a trabalhar neste sistema imposto pelo patronato as operárias acabaram com ele e venceram.

— **ESMALTAL** (Porto) — Prosseguindo nas suas tentativas para intensificar a exploração a administração desta empresa quis instaurar a «semana inglesa» em substituição da «semana americana» actualmente existente. Os operários aproveitaram o alimoço para discutir e todos recusaram.

— **LISNAVE** (Margueira) — O terrorismo continua a reinar nesta empresa. Autênticos verdegos dos trabalhadores, os elementos da gerência denunciaram, à PIDE-DGS, um operário que, segundo o miserável guarda dos vestidários, teria papéis subversivos no seu armário.

Congelando os salários ao mesmo tempo que os preços sobem aceleradamente, utilizando as mais variadas formas para intensificar a exploração, endurecendo a «disciplina» nas empresas e incrementando a repressão contra os trabalhadores, o patronato e o governo procuram não apenas engrossar os lucros dos capitalistas, como descarregar sobre a classe operária e as massas trabalhadoras o custo gigantesco da guerra colonial, os volumosos gastos com as forças repressivas e o maior peso das dificuldades em que se debate a economia nacional. Há que intensificar a BATALHA PELO PÃO nas empresas e nos sindicatos, organizando, impulsionando e alargando a luta.

Em Talhadas do Vouga OS CAMPONESES RECUPAM OS BALDIOS

Os camponeses de Talhadas do Vouga estão a recuperar os baldios que lhes tinham sido arbitrariamente retirados pelos Serviços Florestais e medida que os recuperam procedem à plantação de eucaliptos e à abertura de estradas nos locais plantados.

JOVENS TRABALHADORES ORGANIZAM-SE E LUTAM

Na Escola Industrial e Comercial de Matosinhos, um grupo de alunos da noite dirigiu-se ao sub-director da escola para entregar um abaixo-assinado com 622 assinaturas (cerca de 75% do total dos alunos nocturnos), exigindo a abertura da cantina à noite e que seja servida uma refeição, tal como acontece para os alunos diurnos e nas mesmas condições. O sub-director recusou-se a receber a exposição por uma questão de... «estilo». Quería que a expressão «barriga vazia» fosse substituída por «fraqueza». Os jovens retiraram a expressão condenada e dirigiram-se ao director que os recebeu.

Esta acção resultou inteiramente vitoriosa. Como a «Comissão de alunos», portadora da exposição, anunciou através de cartazes distribuídos pela escola, o director informou que: a cantina passava a funcionar à noite a partir de 3 de Novembro; os jantares serão ao mesmo preço que os almoços.

Os alunos da Escola de Matosinhos estão também a apoiar um abaixo-assinado em que se reivindica transportes colectivos à noite entre Matosinhos e S. Mamede de Infesta.

Na Escola Infante D. Henrique, Porto, os alunos do curso nocturno têm estado em luta exigindo mais horas de aulas, pois, não conseguem assimilar a matéria que lhes é dada no tempo reduzido actualmente em vigor.

Na Escola Afonso Domingos, em Lisboa, circulava em meados de Novembro um abaixo-assinado dirigido ao Director da Escola e ao Ministro da Educação Nacional, exigindo o fim do pagamento excessivo de certos artigos escolares vendidos em nome da Mocidade portuguesa.

Têm aparecido nesta escola várias inscrições nas casas de banho contra a guerra colonial, pelo fim da PIDE, por aumento de salários, etc.

Em fins de Outubro, realizou-se na Margem Sul do Tejo um encontro de jovens com cerca de 60 participantes de Aílhos Védros, Barreiro, Baixa da Banheira e Moita. Os jovens confraternizaram alegremente e discutiram alguns dos problemas que preocupam a Juventude.

Os guardas florestais e os engenheiros dos Serviços ao depa- rarem com este estado de coisas participaram do presidente da Junta para o tribunal.

Numa reunião realizada em Avôiro na presença do Governador (continua na pág. 4)

5 DE OUTUBRO EM PARIS

Na sala de festas de Pantin, realizou-se no dia 10 de Outubro uma sessão comemorativa da Revolução Republicana, sob o tema da solidariedade com as vítimas da repressão e de denúncia da violência do governo fascista da Pide-DGS.

Mais de 200 portugueses participaram na comemoração que decorreu com muito entusiasmo. Interviu inicialmente um jovem desertor que referiu a perspectiva por que os jovens encaram a revolução do 5 de Outubro e a disposição combativa perante as tarefas actuais da luta contra o fascismo. Um operário que falou a seguir, referiu os aspectos positivos e negativos da revolução republicana e salientou o carácter combativo e de oposição frontal ao governo que têm revestido as comemorações no nosso país. Noutra intervenção, um democrata exilado fez uma exposição contra o fascismo.

Várias moções foram aprovadas por todos os presentes. Saudações aos movimentos que em Portugal têm traduzido a revolta popular, aos movimentos de libertação das colónias portuguesas, uma calorosa saudação aos presos políticos e moções exigindo o regresso das tropas, contra a repressão. Foram aprovadas moções apoiando a luta do povo do Vietnam e da península indochinesa, exigindo a retirada das tropas americanas, reclamando a libertação de Angela Davis.

Seguiu-se uma parte artística com câncões de luta interpretadas por Luis Cilia, cantando depois um jovem desertor.

REOCUPAÇÃO DOS BALDIOS

(continuação da pág. 3)
dor Civil e em que participou a Junta de Freguesia, os Serviços Florestais comprometeram-se a resolver os problemas existentes entre eles e o povo de Talhadas, em face do que a Junta se comprometeu, por sua vez, a tentar evitar que os camponeses ocupassem mais baldios.

Numa reunião efectuada a seguir em Talhadas entre a Junta e os S.F., estes voltaram com a palavra atrás e anunciaram que não resolviam nem se prontificavam a resolver nenhum dos problemas existentes.

Em face disto o povo de Talhadas compreendeu que as promessas dos S.F. feitas em Aveiro tinham como mero objectivo ganhar tempo e quebrar o seu espírito reivindicativo. Por isso a sua disposição é de prosseguir a recuperação dos baldios.

O combativo povo de Talhadas do Vouga é um exemplo para todos os camponeses que são vítimas das prepotências, arbitrariedades e roubos dos Serviços Florestais.

Apontando este exemplo aos povos de Arganil, Préstimo e Paradela exortamo-los a intensificarem a sua luta contra os S.F. e a fazerem uma frente comum com o povo de Talhadas do Vouga, o que poderá ser conseguido através de reuniões conjuntas em que se discuta e estabeleça um plano de acção.

Os povos unidos farão recuar os prepotentes Serviços Florestais.

A lei de meios para 1972

(continuação da 1ª pág.)
tico agravamento, só comparável com o de 1969. O quadro que se mostra esta realidade:

PERCENTAGEM DA SUBIDA DOS ÍNDICES DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, DE JANEIRO A AGOSTO DE CADA ANO

	1969	1970	1971
Lisboa	8%	7%	10%
Porto	12%	4%	5%
Coimbra	9%	4%	8%
Évora	5%	7%	9%
Viseu	5%	5%	11%
Faro	7%	5%	6%

Verifica-se assim que em todos os distritos para os quais são publicados índices se processaram novos aumentos de preços, ainda maiores que os do ano anterior e apenas comparáveis aos aumentos de 1969. Para fundamentar a previsão que há um ano se fez sobre a súbita e drástica subida de preços em 1971, escrevet-se sinteticamente no «Avante!»: «É de prever que no próximo ano aumen-tem as despesas públicas com incidências inflacionistas esta igualmente previsto, como previsto está (...) o aumento dos impostos indirectos. A dívida pública aumentará também. É de prever que no próximo ano aumen-tem os super-lucros dos monopolistas dada a intensificação da política económica e financeira de protecção aos monopólios anunciada pelo governo nesta Lei de Meios. É de prever que no próximo ano (...) aumen-tem a emigração e as remessas de emigrantes, assim como aumen-tem as receitas do turismo. Prevê-se para o próximo ano um surto inflacionista nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, e que este surto inflacionista venha agravar a inflação interna através das previsões de importações massivas». Fácil seria comprovar, se o espaço o permitisse, ue o Relatório da última Lei de Meios confirma todas estas previsões.

Sem dúvida que das causas acima referidas tiveram particular influência nesta brusca e generalizada subida dos preços as que directamente implicam aumento da inflação, tais como: despesas militares, remessas de emigrantes, receitas do turismo, etc. É, sendo assim, e fácil de ver, o carácter intencionalmente demagógico das medidas de tabelamento de preços comerciais e fiscalização dos pequenos-comerciantes com que o governo procura iludir a opinião pública.

O-NÍVEL DE VIDA BAIXOU EM 1971

É sabido que os índices de preços publicados pelo governo ficam sempre abaixo da realidade, em tanto os índices de salários publicados são superiores aos salários efectivamente recebidos. Com esta falcatruas tem sem re o governo pretendido demonstrar que os salários aumen-tem mais rapidamente do que os preços e que os aumentos de salários são até uma das principais causas, se não a principal, do aumento dos preços. Mas este ano a realidade é tão gritante que até os números manipulados pelo governo revelam o contrário. Efectivamente, segundo estes índices agora publicados para os dois primeiros trimestres deste ano e apenas para Lisboa e Porto, enquanto os salários subiram, em Lisboa no primeiro trimestre 3, 1%, os preços subiram 3, 7%. No segundo trimestre as subidas teriam sido respectivamente de 3 e 3, 7%. Também no Porto, no segundo semestre, as subidas de salários teriam sido de 2, 6%, e as dos preços de 2, 7%. A teoria do governo fascista é assim lançada por terra pelos seus próprios números. Pode pois afirmar-se, sem sombra de dúvida que, pelo m nos neste aspecto, O NÍVEL DE VIDA ESTÁ A BAIXAR NÃO SÓ D MODO RELATIVO, MAS TAMBÉM ABSOLUTO. Naturalmente que o nível de vida dum população não depende apenas deste aspecto (relação salários-preços), mas também de vários outros,

nomeadamente saúde e educação. Mas é bem conhecido o caos a que chegaram os serviços de educação e saúde, caos de que são reflexo as

grandes lutas dos estudantes, professores e médicos que este ano se desenvolveram.

AUMENTAM AS DESPESAS MILITARES, CANCRO QUE CORROI TODA A ECONOMIA NACIONAL

Se as despesas com as guerras coloniais são, por um lado, a principal causa da inflação galopante que se está a verificar, elas são também, por outro lado, como o «Avante!» já tem demonstrado, o principal traço do desenvolvimento económico nacional.

Desmascarando a demagogia governamental contida na penúltima Lei de Meios que insinuava que as despesas militares deixariam de ter a prioridade absoluta na política orçamental, o já citado artigo do «Avante!» analisava os números conhecidos para o primeiro semestre de 1970 e concluía: «O que na verdade estes números permitem desde já prever com segurança é que 1970 se caracterizará por um brusco agravamento das despesas militares». O Relatório da última Lei de Meios confirma inteiramente esta previsão. Efectivamente, as despesas militares que em 1968 tinham aumentado 930 mil contos e que em 1969 aumentaram 668 mil contos, aumentarão, só no ano de 1970, 1.867 mil contos, atingindo os 13 milhões e 698 mil contos! Analise os novos números semestrais mostra-nos que estas despesas continuarão a aumen-ter em 1971 e é de prever que venham a atingir a monstruosa soma de cerca de 15 milhões de contos!

É elucidativo comparar o que sucede no primeiro semestre deste ano relativamente ao primeiro semestre do ano passado com as despesas militares e com os investimentos governamentais com fim económico. Enquanto os primeiros passaram de 6 milhões 733 mil contos para 7 milhões 397 mil contos, as segundas diminuíram de 1 milhão 270 mil contos para 1 milhão 236 mil contos; isto é, enquanto as primeiras se situaram num nível colossal e ainda aumentaram 9, 9%, as segundas situaram-se num nível infimo e ainda diminuíram 2, 7%! Tal facto é bem ilustrativo da impossibilidade de prosseguir erminosas GUERRAS COLONIAIS E, SIMULTANEAMENTE, ACELERAR O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA. Daí, a estagnação das taxas de formação bruta de capital fixo e de aumento do produto industrial; daí o crescente descalabro da agricultura; daí o emigração que despojava dramaticamente o país; etc., etc.

NOVO AUMENTO DO DÉFICE DA BALANÇA COMERCIAL

Toda esta situação gera uma crescente incapacidade da economia portuguesa para, apenas com as forças produtivas internas, fazer face, quer às necessidades de consumo da população, quer às necessidades de investimento. Este facto tem o seu mais fiel espelho nos voluminosíssimos défices da balança comercial portuguesa. Na verdade, este défice que em 1967 ultrapassou os 10 milhões de contos, aproximou-se em 1968 dos 12 milhões e em 1969 dos 13 milhões de contos. Prevê o «Avante!» que em 1970 se verificaria uma «brusca subida de um défice já antes voluminosíssimo», e, de facto, tal subida foi ainda maior do que a prevista, vindo o défice de 1970 a aproximar-se dos 18 milhões de contos. Tudo

indica que esta situação se tem continuado a agravar em 1971 pois os números agora revelados pelo governo para os primeiros seis meses deste ano mostram um aumento de 11% no défice do comércio externo relativo aos mesmos meses do ano passado. É possível que este défice venha a atingir no fim deste ano os 20 milhões de contos!

Nos termos mais simples, A CONCLUSÃO QUE SE PODE TIRAR SOBRE A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA NA PRIMEIRA METADE DE 1971 É A DE QUE FOI DE MAL A PIOR.

A crise monetária internacional que se tem feito sentir particularmente na segunda metade de 1971 agudizará ainda mais esta situação dada a crescente dependência (como o próprio défice da balança comercial mostra) da economia portuguesa relativamente às economias dos Estados Unidos e dos outros países imperialistas.

E O QUE PROMETE O GOVERNO PARA O PRÓXIMO ANO?

A característica mais notória da Lei de Meios propriamente dita para 1972 é que ela é um decaique puro e simples da Lei de Meios para 1971. No próprio preâmbulo da Lei constantemente se acentua a identidade dos artigos de uma e outra lei, e mais do que uma vez se proclama a «continuidade» da política económica, financeira e orçamental definida nas duas Leis de Meios.

Prosseguirá a política de ampliação da exploração colonial. Para continuar tal política o governo promete gastar todo o dinheiro que for necessário.

Prosseguirá a política de centralização e concentração do capital agrícola, industrial, comercial e bancário. Para isso o governo promete continuar, em cada um destes ramos, as «reformas de estruturas» e a concessão de facilidades e incentivos que, ao fim e ao cabo, conduzem a esse resultado.

Prosseguirá a política de crescente intervenção do Estado, inteiramente ao serviço dos monopólios, na vida económica nacional.

Prosseguirá a política de sujeição ao capital estrangeiro.

EM 1972 ACUDIZARÁ-SE À LUTA ECONÓMICA E POLÍTICA

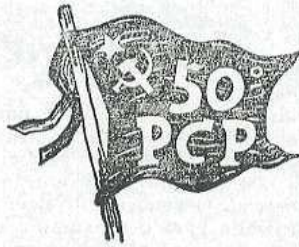
As consequências imediatas de tudo isto serão o aumento da taxa de exploração da classe operária, a ampliação da miséria dos trabalhadores e a liquidação de numerosas pequenas e até algumas médias empresas agrícolas, comerciais e industriais.

Tudo isto agudizará as contradições económicas, sociais e políticas que em Portugal opõem a oligarquia capitalista (de que o governo de Marcelo Caetano é o mandatário político) à classe operária, aos restantes trabalhadores e a certas camadas da pequena e média burguesia.

Face a tal situação, impõe-se incrementar as lutas contra a repressão e pelas liberdades democráticas ao mesmo tempo que se reforcem as lutas por melhores salários e contra a carestia de vida, assim como as lutas contra as guerras coloniais e o imperialismo estrangeiro, tal como salienta o último manifesto da Comissão Política do Comité Central do P.C.P.



CAMPANHA DE FUNDOS



Transporte	reira	330\$00	Ferreira	Jorge	50\$00
1.061.238\$30	Cam. emigran-		Soares	Idem	300\$00
A Joo. está com	tes	150\$00	Fim à guer-	R.V.	150\$00
o P.	Catarina Eu-		ra col.	Reforma Geral	
158\$00	fémia	75\$00	Firmeza!	e Dem. do En-	
Abaixo o	Com Lénine		Apante!	sino	4.050\$00
imperialismos	enc. (2)	20\$00	G.D.A.	Idem	830\$00
português	Com os cam-		Geólogo bol-	Saudações	
4.660\$00	poneses	80\$00	chevique	acadêmicas	
Alentejo ver-	Contra a		Lib. Guilherme	ao P.	2.650\$00
melho (B)	repressão	500\$00	C. Carv.	Idem	250\$00
58\$00	Defendamos A.		Luta ideoló-	Sofia Fer-	
Amigo do P.	Gerodásio	50\$00	gica	reira	1.500\$00
20\$00	Dum jovem		operário	Um Democrata	
A. Davis	(B)	100\$00	Maren	A. M. (50º	
1.000\$00	Emblemas		1.000\$00	aniv.)	2.500\$00
António Ger-	(1)	50\$00	Marx-Engels-	Idem	200\$00
odásio	Idem (4)	40\$00	-Lénine(P)	Idem	200\$00
50\$00	Emblemas		Para o 5º	Unidade pela	
Aos corajosos	(1)	50\$00	150\$00	Democ. e o So-	
funciona-	Idem (4)	40\$00	Petágia Mi-	cialis.	20\$00
rios	Emblemas		lova	Idem	50\$00
500\$00	(1)	50\$00	650\$00	Vietnam	250\$00
Assim se	Idem (4)	40\$00	Pelo socia-	Idem	50\$00
tempera o	Emblemas		lismo em Por-	Idem	50\$00
ção	(1)	50\$00	tugal	Vigilância ide-	
130\$00	Estudantes		280\$00	lógica	200\$00
Idem(F)	A. Cunhal		Pela liber-	Viva ARA	125\$00
1.000\$00	Idem	3.335\$00	dade		
Bento J.		540\$00	30\$00		
Caraca			Pires		
1.500\$00					
Blanqui Tel-					
TOTAL:					1.096.939\$30

Da célula José Gregório (C. J. M. R. R.) recebemos o correspondente a 4.500\$00

Portugal

NA FESTA DE «L'HUMANITÉ»

Apesar da proibição de utilizar o parque de Vincennes, a festa do «L'Humanité» realizou-se no recinto de Courneuve com a participação de milhares de pessoas, cerca de 600.000, constituindo uma grande manifestação de massas e uma resposta aos obstáculos do governo de Pompidou.

A presença de Portugal realizou-se através de dois pavilhões: o do «Avante!», na cidade internacional, e o dos democratas portugueses.

No pavilhão do «Avante!» uma pequena exposição realçava aspectos centrais da vida do Partido e da luta popular em Portugal. O cinquentário do Partido era assinalado por uma grande fotografia de Bento Gonçalves ao lado de outra de Manuel R. da Silva, com inscrições assinalando os objectivos da Revolução Democrática e Nacional e a etapa da conquista do poder pelo proletariado. Uma efígie de Lénine destacava-se sobre uma inscrição e um chamamento à união do proletariado na defesa da unidade do campo socialista, do movimento comunista internacional e da classe operária de todos os países.

A luta pela independência dos povos de Angola, Guiné, e Moçambique, a luta contra a guerra colonial figuravam com lugar de destaque ao lado da manifestação de solidariedade dos comunistas para com o povo vietnamita e todos os que estão lutando contra o imperialismo. Um largo espaço era dedicado aos presos políticos e à reclamação da sua libertação e de Amnistia.

O pavilhão dos democratas portugueses, teve a grande afluência habitual. Um grande balcão triangular acolhia a propaganda e os materiais do movimento democrático, do PCP, da Comissão de Solidariedade aos presos políticos, dos clubes de jovens emigrados, da Comissão Unitária de França da F.P.L.N., do Movimento das Mulheres portuguesas, das organizações de trabalhadores portugueses do PCF, do jornal «O Emigrado Português» e outras organizações democráticas de portugueses em França.

Durante dois dias os nossos pavilhões contribuíam para a popularização da resistência antifascista em Portugal e constituíram manifestação da vitalidade e dinamismo dos democratas emigrados e exilados em França, que apesar da distância não tiram os olhos da luta popular em Portugal.

NO FESTIVAL DA IMPRENSA COMUNISTA ITALIANA

Realizou-se em Turim de 11 a 19 de Setembro o tradicional Festival da imprensa comunista italiana.

O desfile de 4 horas, pelas ruas de Turim, no último dia do festival, de mais 200.000 comunistas italianos vindos de todas as partes de Itália e da emigração, é bem o símbolo do êxito de um festival que a imprensa burguesa deliberadamente ignorou, mas de que as massas trabalhadoras italianas fizeram a maior manifestação popular do ano em Itália.

No festival esteve presente o movimento antifascista português com um stand dedicado ao 50º aniversário do PCP. Um cartaz com a frase «Portugal em Luta» dava título à presença dos antifascistas portugueses, juntamente com uma fotografia gigante que reproduzia a 1ª página do número especial do «Avante!», dedicado ao 50º do PCP. Num painel do stand podia-se ler ainda a seguinte frase: «50º do PCP—45 anos de clandestinidade—na vanguarda da luta contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo».

Uma exposição de fotografias e de documentos, de cerca de 8 metros de comprimento, dava uma sintética informação dos aspectos actuais da ditadura fascista em Portugal, do subdesenvolvimento do país, das guerras coloniais, das ligações com o imperialismo e da luta do povo português e particularmente do PCP contra o fascismo. A terminar uma documentação sobre a ARA.

Em representação da Resistência Antifascista Portuguesa, um membro da delegação portuguesa presente foi chamado à presidência da Manifestação «As mulheres contra o fascismo», que se realizou no dia 18 e em que participaram cerca de 12.000 pessoas.

A presença dos antifascistas portugueses no Festival Nacional do «Unid» caracterizou-se por um excelente êxito político que bem demonstra a crescente solidariedade da classe operária e do povo italiano à nossa luta contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo.

O «Avante!» não se destrói. Contribui para a sua difusão nas empresas, nos campos, nas escolas, nos quartéis.

Saudações a Partidos Irmãos

Ao FCUS

Por ocasião do 54º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro o C.C. do Partido Comunista Português enviou ao C.C. do Partido Comunista da União Soviética uma mensagem com as mais calorosas e fraternais saudações do nosso Partido e da classe operária de Portugal ao Partido Comunista da União Soviética e ao povo soviético, construtor do comunismo.

A certa altura o C.C. do PCP assinala na sua mensagem:

«As vitórias históricas alcançadas nestes 54 anos pelo povo soviético sob a direcção do Partido de Lénine exerceram e exercem uma influência decisiva em toda a evolução mundial. Pelas suas realizações no domínio do desenvolvimento económico, da ciência, da técnica, da cultura, da democracia social e política, do bem estar das massas trabalhadoras, a sociedade soviética aponta aos trabalhadores de todo o mundo,

hoje como nos primeiros dias da Revolução, o caminho do futuro.»

Ao P.C. da Grã-Bretanha

O C.C. do nosso Partido enviou ao 32º Congresso Nacional do Partido Comunista da Grã-Bretanha uma saudação calorosa e fraternal com os votos de pleno sucesso nos seus trabalhos.

Da saudação do C.C. do PCP, destacamos:

«A acção do vosso Partido pela unidade da classe operária e de todas as forças de esquerda da Grã-Bretanha contra a política reaccionária do governo conservador, a vossa luta em defesa das reivindicações dos trabalhadores e contra a legislação anti-operária contra a adesão do vosso país ao Mercado Comum que trará consigo uma maior exploração da classe operária, a vossa luta pela democracia e o socialismo têm o apoio e a solidariedade dos comunistas e da classe operária do nosso país.»

A GUERRA COLONIAL

é um empreendimento criminoso

O que se passou no festival de Jazz, em Cascais, é mais uma manifestação do grande movimento de opinião que em Portugal se levanta contra a guerra colonial e que aproveita todas as oportunidades para se fazer sentir.

Um músico americano, Charlie, do conjunto Coleman, dedicou a sua interpretação ao Movimento de Libertação de Moçambique. Esta declaração foi, prontamente acolhida com uma salva de palmas da assistência da qual metade, pelo menos, se pôs de pé. O representante do governo abandonou a sala e apenas um fascista reagiu gritando «Viva Portugal Ultramarino», mas ficou isolado.

Verificada no ambiente de um festival com bilhetes a alto preço, esta manifestação é bastante significativa. Ao seu nível, ela reflecte, como as acções de descontentamento e resistência em unidades militares, como o aumento do número de refractários e desertores, como as acções revolucionárias empreendidas contra o aparelho de guerra colonial, como as múltiplas iniciativas de agitação e propaganda, a solidariedade crescente do povo português para com a luta de libertação nacional dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique e a oposição cada vez mais declarada do nosso povo a esse empreendimento

criminoso que é a guerra colonial.

Emquanto em Portugal este clima se acentua, nas três frentes de guerra os comandos fascistas-colonialistas sofrem novos reveses. Incapazes de fazer frente com sucesso, no terreno militar, aos movimentos de libertação, colocados por estes, frequentemente, na posição de recuo e defensiva, particularmente na Guiné, os comandos fascistas-colonialistas recorrem aos expedientes de uma propaganda abjecta, procurando através dela corromper os combatentes dos movimentos de libertação.

A gravura que publicamos reproduz uma targeta com que o Spínola inundou, a partir de lançamentos aéreos, o território da Guiné.

Ela traduz o desprezo racista com que os comandos fascistas avaliam os combatentes africanos, o que já lhes custou severos dissabores como no caso da morte dos três maiores enviados por Spínola para comprar a rendição de militantes do PAIGC.

Ela reflecte, no fundo, a própria venalidade dos comandos do exército colonialista.

Ela equivale sobretudo a uma confissão de impotência.



A posição internacionalista FACE AO CONFLITO INDO-PAQUISTANES

O conflito armado indo-paquistanês é o pretexto para uma histórica campanha anti-soviética e anti-indiana em que estão lançados todos os órgãos de informação sob o controle directo do governo fascista e dos grandes grupos monopolistas.

Nesta campanha feroz, os propagandistas dos monopólios e do fascismo apoiam-se nas posições dos Estados Unidos, o que é natural, e nas posições da República Popular da China, o que é lamentável.

A União Indiana é acusada de agressora; a União Soviética de principal responsável por lhe dar apoio político e militar.

O que se passa?

No mês de Dezembro de 1970, em eleições controladas pelo governo do Paquistão (Occidental), o povo de Bangla Desh (Paquistão Oriental), pronunciou-se por esmagadora maioria contra o governo central do Paquistão, por reformas democráticas, pela independência. Esta foi declarada pouco depois. O governo do Paquistão fez cair, então, sobre o povo de Bangla Desh uma repressão maciça e implacável. Dez milhões de habitantes de Bangla Desh fugiram ao genocídio e procuraram abrigo na União Indiana. Criou-se o dramático problema dos refugiados numa escala sem precedentes e que obrigou a União Indiana a parar com todo o seu programa de desenvolvimento

interno, (isto disseram os jornais censurados), mas criou-se também um poderoso movimento de libertação nacional que prossegue de armas na mão a luta que era impossível de outra forma (isto não disseram os jornais).

Os incidentes que se vinham verificando, desde há meses, entre a Índia e o Paquistão têm aqui a sua origem. A União Indiana apoia e apoiava a luta de libertação do povo Bangla Desh, o Paquistão provocava a União Indiana e violava as suas fronteiras com o pretexto de que os patriotas bengalis partiam de território indiano. A velha história.

Por detrás do conflito armado indo-paquistanês ergue-se a luta de libertação nacional do povo de Bangla Desh.

Há que pôr fim a esta guerra calamitosa para os povos da Índia e do Paquistão e que contém a perigosa ameaça de se generalizar, mas para isso é necessário atacar o problema na sua origem — o reconhecimento das legítimas aspirações e vontade do povo de Bangla Desh. Esta é a posição internacionalista dos verdadeiros comunistas. Esta é a posição da União Soviética.

Não são conciliáveis as proclamações retóricas de internacionalismo com o apoio à opressão nacional de qualquer povo, com o apoio às construções artificiais do imperialismo contra a vontade dos povos.

No mundo socialista

U.R.S.S. — O rendimento nacional aumentou 41%, no último quinquénio (1966-1970). Foi de 50% o aumento da produção industrial. O rendimento nacional utilizado para o consumo e acumulação aumentou em média, por ano, 7,4% contra 5,7% no decurso do quinquénio anterior. Em 1970, o volume da produção industrial foi de cerca de 2 vezes superior ao da produção de todos os quinquénios de antes da guerra tomados em conjunto. O volume anual médio da produção agrícola cresceu em 21% contra 12% no quinquénio anterior.

O salário médio dos operários e empregados, no conjunto do país, aumentou 26% no decurso do quinquénio. No mesmo período, a remuneração dos kolkosianos pelo trabalho fornecido na exploração colectiva aumentou 42%.

BULGÁRIA — O rendimento nacional aumentou 52% no último quinquénio (1966-1970). No mesmo período, a produção industrial aumentou cerca de 70% e a produção agrícola 26%.

Os rendimentos reais dos trabalhadores aumentaram 33,5% e os fundos sociais de consumo 90%.

As directivas do desenvolvimento económico e social do país até 1975 prevêem que o rendimento nacional vai aumentar de 47% a 50% em relação a 1970 e os rendimentos reais por habitante de 25% a 30%.

No decurso do actual plano quinquenal, a produção industrial vai aumentar de 55% a 60% e a produção agrícola de 17% a 20%.

CHECOSLOVÁQUIA — A produção industrial em 1970 foi multiplicada por 10 em relação ao nível de antes e de 1948-1968, ou seja em 20 anos de construção socialista, sextuplicou. O aumento médio anual durante os anos de «socialismo masarykiano» não atingiu 3%, enquanto que nos anos de autêntica construção do socialismo foi superior a 9%.

De 1950 a 1967, os salários reais aumentaram mais de 50%.

HUNGRIA — Em 1968, a renda nacional foi 275% superior à de 1950 e 154% superior ao nível de 1960, o que significou um aumento anual de 5,7% e de 6,7% nos anos 1966-67 e 1968. Em 1969, a produção industrial tinha aumentado 7,5 vezes em relação a 1938.

A produção de aço em 1968 ascendeu a 2,9 milhões de toneladas, isto é, quase o triplo de 1950. Em comparação com o ano de 1950, a indústria química aumentou 12 vezes aproximadamente a sua produção.

Em 1968, os salários reais dos operários e empregados foram superiores em 37% ao nível de 1960 e os dos camponeses ultrapassaram um aumento de 60%.

R.D.A. — De 1950 a 1968, a renda nacional triplicou. No mesmo período, a produção industrial quadruplicou. A indústria química, resinas e asbestos aumentou 559 vezes. A produção de energia eléctrica aumentou 323%. A produção de aço, 433%. Quanto à produção agrícola, no mesmo período, aumentou 190%.

Os salários reais em 1967 tinham aumentado 250% em relação a 1950.

ROMÉNIA — O volume global da produção no último quinquénio (1966-70) é quase igual ao dos 15 anos precedentes. Durante os 3 primeiros anos do quinquénio, a produção industrial aumentou mais de 12,3% por ano em vez dos 10% previstos. Em 1970, a Roménia produzia em 22 dias tanto como durante todo o ano de 1938.

Em 1968, a produção industrial global foi multiplicada por 2,7 em relação a 1960 tendo subido 41% em relação a 1963. A produção agrícola global em 1968 aumentou 30% em relação a 1963.

Os rendimentos da população sob a forma de salários, em 1968 tinham aumentado 26% em relação a 1965. Durante o mesmo período, o rendimento em dinheiro dos camponeses aumentou 16,2%.

Rectificação

Numa das edições do documento da Comissão Política do C.C. do PCP, de Outubro, o ante-penúltimo parágrafo saiu incompleto. Deve ler-se: «Nesta situação, seria tão errado abandonar os esforços para desenvolver uma acção legal e semi-legal aproveitando todas as possibilidades que se oferecem de organização, e criando novas possibilidades, como recuar na actividade clandestina e abertamente revolucionária em resultado da repressão e das tentativas de intimidação fascista».

O texto é sublinhado a partir de aqui.

A FRENTE ANTI-IMPERIALISTA E OS ACONTECIMENTOS NO SUDÃO

Na frente anti-imperialista combatem forças sociais e políticas muito diversas, regimes políticos diversos, povos com estádios muito distantes de evolução social. É uma realidade que existem países que alinham na luta contra o imperialismo e que entretanto têm regimes ditatoriais e prosseguem uma política anti-comunista. É necessário ajudar esses países a continuar e a acentuar a sua luta anti-imperialista. Lutando contra o anticomunismo no campo anti-imperialista, sendo activamente solidários para com os partidos irmãos, realizando um amplo e intenso trabalho político, ideológico e diplomático para influenciar num sentido democrático e progressista as forças anti-imperialistas não-comunistas, mostrando que a luta anti-imperialista, tanto à escala internacional como dentro de cada país, exige a unidade com os comunistas, — os partidos comunistas consideram como seus aliados na luta contra o imperialismo todas as forças que se opõem a este.

O anticomunismo é um obstáculo sério à luta contra o imperialismo, ao desenvolvimento dos países que se libertam do jugo imperialista pelo caminho do progresso social e da consolidação da independência. O prosseguimento

duma política reaccionária e anticomunista conduziria novamente a curto ou médio prazo à submissão ao imperialismo jovens estados que dele se libertaram.

Os imperialistas atacam por todos os meios o anticomunismo nos países do «Terceiro Mundo», porque sabem bem ser esse um caminho para enfraquecer as forças anti-imperialistas internas e os laços de amizade com os países socialistas, cuja ajuda é entretanto essencial para o desenvolvimento e a independência desses países.

É neste contexto que devem ser considerados os acontecimentos do Sudão. Em 25 de Maio de 1969, tinham sido desalojados do poder as tradicionais forças feudais e tribais. O novo governo, tendo Nemeiry à sua frente, aproximou o Sudão dos países árabes em luta contra o imperialismo. O Sudão saiu, nessa fase, da órbita do imperialismo, o que é um acontecimento político de primeira importância.

O gorado golpe de Estado de 18 de Julho de 1971 e a vaga de repressão sangrenta que se abateu em seguida sobre os comunistas e outros elementos progressistas sudaneses, colocam a necessidade (como sempre depois de grandes vitórias ou de

grandes derrotas) dum estudo crítico numa base marxista-leninista. O PC Sudanês, vencendo as suas grandes provocações actuais, não deixará certamente de fazer uma análise aprofundada dos acontecimentos e da sua própria política, tirando as necessárias experiências e ensinamentos, que não só servirão para a sua actividade futura, como terão elevado valor para os outros destacamentos do movimento comunista.

O imperialismo procura aproveitar os acontecimentos no Sudão para atacar o anticomunismo em África, designadamente nos países árabes, para criar dificuldades entre estes países e os países socialistas, para reconquistar posições.

É tarefa essencial fazer frente a estes esforços do imperialismo, lutando firmemente contra o anticomunismo sob qualquer forma que se manifeste, sendo activamente solidário para com os comunistas vítimas da repressão e reforçando ao mesmo tempo os laços com as forças do movimento de libertação nacional na luta contra o imperialismo.

Seria um profundo erro agir de forma a facilitar que forças reactionárias reconduzisse os seus países ao campo imperialista. É necessário prosseguir o combate consequente e nuttiforme (que seria sem dúvida complexo e demorado) pela unidade, a escala nacional e internacional, das forças anti-imperialistas.